



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2018 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A UM DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZOITO

Acta nº 1/2018

Aprovada em 01/03/2018

No dia um de Março de dois mil e dezoito teve lugar no salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a primeira sessão ordinária de 2018 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – ABERTURA

Informações do Presidente

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

- “Descentralização de competências nas juntas de freguesia” – (Recomendação do PSD apresentada no p.p. 27/12/2017).

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara;

1.1. Debate

- Intervenções dos Líderes;
- Intervenções dos deputados;
- Respostas do Presidente da Câmara;

2. Orçamento Participativo – Metodologia e eleição de três (3) membros da Assembleia municipal;

3. Comissão Municipal da Defesa da Floresta – Eleição de cinco (5) membros da Assembleia municipal (Presidente de Junta e/ou União);

4. Minuta de contrato Interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal nas Freguesias/União, nos termos da alínea k), do artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

5. Ponte do Paço – Declaração de acção relevante de interesse público para ocupação de áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN), nos termos do artigo 21º do Regime Jurídico da REN.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Eleitos directos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Isabel Vargues, Hernâni Caniço, Victor Parola, Rosa Isabel, Luís Silva, António Correia, Ângela Pinto Correia, Juvenal Sousa, Isabel Garcia e José Dias.

Presidentes de Junta de Freguesia João Marques, José Santos, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel, Manuel Veloso, Jorge Veloso, António Coelho, Horácio Costa e Joaquim Pereira.

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Eleitos directos

Nuno Freitas, José Rodeiro, Paula Alves, Rui Marques e João Parreira.

Presidentes de Junta de Freguesia: Francisco Andrade, João Campos, José Simão e António Teodoro.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos directos

Manuel Rocha, Pinto Ângelo, e Victor Carvalho.

Presidentes de Juntas de Freguesia:

António Lopes e Adelino Vilão.

Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Eleitos directos

José Albino, João Aldeia, Maria dos Prazeres Francisco, Carlos Silva e Nelson Antunes.

Presidente de Junta de Freguesia:

Rui Soares.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos directos

Lúcia Santos, Pedro Filipe e Tiago Mariz.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Eleitos directos

Graça Simões e Serafim Duarte.

Deputado Municipal do PPM

António Cabral Oliveira

Deputado Municipal do MPT

Rui Campos

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara, Manuel Machado, estiveram presentes os Vereadores Carlos Cidade, Regina Bento, Jorge Alves, Madalena Abreu, Paula Pêgo, José Silva, Ana Maria Silva e Francisco Queirós.

Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Francisco Andrade, como Primeiro Secretário e Victor Carvalho, como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram quinze horas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento nos termos do artigo 13º e do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal – mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, dos pedidos de suspensão de mandato nos termos do artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Deputado municipal **Rui Claro**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **José Dias**.

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Deputada municipal **Carolina Patrício**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **João Parreira**.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Deputada municipal **Filipa Malva**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Jorge Seabra** (*não tendo comparecido*).

Deputado municipal **Jorge Mendes**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Adelino Vilão**.

Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):

Deputado municipal **Carlos Silva**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Nelson Antunes**.

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1 artigo 79º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo 13º e, do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão informando estarem abertas as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

I – ABERTURA DOS TRABALHOS - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: (áudio 47:29 a 54:43 minutos – 1ª gravação)

- Declarou aberta formalmente a 1ª sessão ordinária de 2018, uma vez que havia quórum, submetendo de imediato a “*Ordem de Trabalhos*” à votação, tendo sido aprovada por unanimidade;
- Explicou que de acordo com a Lei nº 75/2013 aquela reunião deveria ter tido lugar em Fevereiro, mas a Conferência de Líderes tinha considerado, devido a impedimentos de alguns deputados, adiar para aquela data, com a autorização do Presidente da Câmara Municipal;
- Informou que para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*” havia uma “*Proposta*” apresentada pelo PSD sobre “*Descentralização de competências nas juntas de freguesia*”;
- Relativamente ao “*Ponto 2 – Orçamento Participativo*” informou que teria de haver uma eleição de 3 membros, conforme deliberação da Câmara Municipal, assim como, para o “*Ponto 3 – Comissão Municipal da Defesa da Floresta*”, para a qual teriam de ser eleitos 5 membros da Assembleia Municipal, preferencialmente, membros de juntas e uniões de freguesias, com representação na Assembleia Municipal;
- Informou ainda que tinha acabado de dar entrada na Mesa uma outra “*Proposta*” apresentada pelo PSD, sobre “*Reconhecimento do Interesse Histórico, Cultural e Social Local das Repúblicas de Coimbra*”;
- Terminou pedindo que fizessem chegar à Mesa, formalmente, os nomes dos intervenientes de cada grupo político e que fossem cumpridos os tempos estipulados para cada um.

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

Intervenção do deputado municipal Pedro Filipe (CDS-PP): (áudio 55:05 a 55:56 minutos – 1ª gravação)

- Informou que o Grupo Parlamentar do CDS-PP tinha dirigido uma pergunta ao Ministro da Educação, através do Gabinete da Assembleia do Presidente da República, questionando o Governo sobre a intenção de cumprir a Resolução nº 14/2018, que recomendava a urgente reabilitação e a requalificação da Escola Secundária José Falcão;
- Terminou, perguntando ao Presidente da Câmara Municipal, se o Executivo estava ou não disposto e empenhado naquela resolução, necessária e urgente.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): (áudio 55:05 da 1ª gravação a 01:45 minutos – 2ª gravação)

- Disse que tanto a CDU como todos os grupos parlamentares representados na Assembleia Municipal estavam de acordo que, com o ataque feroz que o mercado imobiliário estava a fazer às casas destinadas aos estudantes, “*Repúblicas*”, tinham que exigir ao Executivo uma rápida intervenção, porque desde a entrada em vigor, em 2006 da lei das rendas tinha vindo a afectar, não só as casas colectivas, mas também, as particulares, em especial dos residentes idosos na zona histórica;
- Informou que as Repúblicas Universitárias constituíam um dos aspectos mais característicos da comunidade estudantil, como se podia ler no dossier que tinha sustentado a candidatura física da Universidade de Coimbra a “*Património Imaterial da UNESCO*”;
- Disse que em 2017 com a aprovação e publicação da alteração da Lei do Arrendamento Urbano (NRAU) tinha ficado instituído um regime novo de reconhecimento e protecção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico, moral, social ou social local;
- Terminou dizendo que era esse o sentimento generalizado assim como, o da proposta apresentada pelo PSD, com a qual concordavam, mas tinham que exigir ao Executivo que tomasse medidas administrativas e normativas, urgentes e imediatas para o reconhecimento oficioso das Repúblicas de Coimbra, como entidades de interesse histórico e cultural social-local, bem como das colectividades de interesse cultural, devendo para isso proceder ao inventário de todas as entidades históricas, culturais, sociais e locais;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Rui Campos (MPT): (áudio 02:09 a 04:12 minutos – 2ª gravação)

- Perguntou à Mesa qual o tempo que era destinado aos deputados “*não inscritos*” para intervir em cada ponto, uma vez que aquela informação não constava da convocatória;
- Chamou à atenção para as obras de desassoreamento em curso no Rio Mondego, porque a Mota-Engil estava a proceder à extracção de sedimentos depositando-os a jusante do Açude Ponte estando a agravar o desassoreamento no concelho de Montemor-o-Velho e, por outro lado ameaçava as espécies que nele habitavam nomeadamente, as lampreias;
- Terminou perguntado ao Executivo que medidas estavam a ser feitas para a monitorização das lampreias, entendendo o MPT que a melhor solução seria fazer uma extracção contínua, controlada e pequena e não, uma extracção em contra-relógio sem olhar para as consequências, como estava a ser feito.

Intervenção do deputado municipal Nunes da Silva (SC): (áudio 04:47 a 12:27 minutos – 2ª gravação)

- Dirigiu-se ao deputado Municipal Pinto Ângelo informando-o que no dia 6 de Dezembro os Vereadores do seu Grupo Político tinham pedido um agendamento ao Presidente da Câmara sobre o assunto “*Repúblicas*”. Portanto, o que agora era urgente, para eles já há muito que o era;
- Perguntou ao Presidente da Câmara se estava no plano aumentar o investimento para a reabilitação da Alta e Centro Histórico, porque para o SC se não houvesse possibilidade de haver habitações a preços justos de renda controlados, não haveria hipótese de rejuvenescimento. Também relativamente ao Metro Bus, perguntou ao Presidente da Câmara se num país em que se gastavam milhões e milhões de euros, não haveria uns míseros milhões de euros, para que o Metro Bus fosse construído, caso Bruxelas dissesse que não, afirmando que o Metro Bus não avançaria se não houvesse vontade política, esperando que esse não fosse um “*novo Metro Mondego*”;
- Terminou dizendo que relativamente à saúde, todos sabiam como estava em Coimbra e, assim, ao falar de saúde, falava-se também de política, apelando ao Presidente da Câmara para que com a sua experiência política se empenhasse para que Coimbra mantivesse um bom nível de saúde.

Defesa da honra do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): (áudio 12:46 a 14:16 minutos – 2ª gravação)

- Dirigiu-se ao Deputado Municipal Nunes da Silva informando-o que a CDU andava há muito tempo a debater aquela questão, aconselhando-o a consultar os documentos do mandato anterior e verificar quantas intervenções tinham sido feitas e que seria bom que o referido Deputado, para além de atacar a CDU, se se preocupasse em concreto das responsabilidades sobre aquela matéria do Executivo camarário.

Intervenção do deputado municipal Tiago Mariz (CDS-PP): (áudio 14:43 a 16:30 minutos – 2ª gravação)

- Informou que o CDS-PP estava de acordo e apoiava a proposta apresentada pelo PSD sobre “*Descentralização de competências nas juntas de freguesia*”, porque era uma proposta louvável, quer no incremento do apoio financeiro às freguesias que propunha, quer pela metodologia do acompanhamento de ajuda ao exercício daquelas competências, que decorria da constituição de uma comissão de acompanhamento e do fornecimento dos meios de apoio do Gabinete de Apoio às Freguesias;
- Terminou afirmando que o Executivo não poderia ficar de consciência tranquila se se limitasse a delegar competências e não acompanhasse aquela delegação dos efectivos meios financeiros e técnicos para o exercício daquelas funções.

Intervenção do deputado municipal Victor Carvalho (CDU): (áudio 17:02 a 18:15 minutos – 2ª gravação)

- A propósito da recomendação apresentada pelo PSD sobre “*Descentralização de competências nas juntas de freguesia*”, lembrou que há vários anos que a CDU vinha defendendo, tanto na Câmara, como na Assembleia, a descentralização de mais meios financeiros e apoio técnico, material e humano para as Freguesias e que há mais de 12 anos que a CDU defendia a transferência de 10% do valor do orçamento geral do Município para as freguesias, merecia o apoio da CDU porque se enquadrava dentro do que tinham vindo a apresentar ao longo dos anos, considerando-a como uma primeira etapa, para alcançar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

num futuro próximo, os 10% do orçamento da Câmara para as Freguesias que a CDU defendia como sendo uma proposta justa e viável;

- Terminou dizendo que a CDU propunha, para operacionalizar aquela proposta e torná-la mais funcional, que, para além dos nomes já propostos e de um representante de cada agrupamento político, fosse incluído um presidente de Junta de cada agrupamento.

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC): (áudio 18:42 a 24:56 minutos – 2ª gravação)

- Relativamente às Repúblicas recordou que, em 29 de Junho e, em 24 de Julho de 2013, o CpC tinha trazido à Assembleia a questão das “Repúblicas”, onde afirmava que: *...”as Repúblicas constituem unidades singulares de espaços identitários, estudantis e societários de uma tradição académica, cujo valor cultural e patrimonial tem que ser preservado, não se tratando de meras residências estudantis...”* e que, em 2017 se esgotaria o prazo e entraria o novo Regime de Arrendamento que levaria a que os senhorios pudessem denunciar os contractos e aumentar as rendas de 2 em dois, tornando inevitável o despejo da maior parte das Republicas e, se nada fosse feito para que se evitasse a extinção das Republicas, estar-se-ia a pactuar com a destruição de um património que tinham acabado de merecer a classificação de “Património Mundial da UNESCO”, atribuindo nova responsabilidade à Universidade, à Câmara Municipal e ao Governo, sendo necessário tomar medidas urgentes, mas que nada tinha sido feito e os resultados eram o aproveitamento por parte das imobiliárias e de outros agentes de especulação imobiliária e no seu entender a questão poderia ser resolvida, pela compra por parte do Município de alguns edifícios, onde estavam instaladas algumas Repúblicas ou, pelo apoio financeiro ao arrendamento;
- Terminou dizendo que em relação à proposta apresentada pelo PSD sobre a *“Descentralização de competências nas juntas de freguesia”*, propunha à Bancada do PSD mais tempo para decidir aquela proposta, por a mesma suscitar algumas considerações, concordância e convergências, encontrando-se, no entanto, disponíveis para aprofundar aquela proposta.

Intervenção da deputada municipal Isabel Vargues (PS): (áudio 27:42 a 31:03 minutos – 2ª gravação)

- Começou por uma felicitação à língua e cultura portuguesa, pensada por Manuel Alegre;
- Saudou a Universidade de Coimbra pelo seu 728º aniversário, porque era justo saudá-la de novo, como tinha sido feito em momentos anteriores, reconhecendo o seu papel nacional e internacional, símbolo de uma *“cultura que teve impacto na humanidade”*.
- Lembrou a distinção recebida por Manuel Alegre pela Universidade de Pádua, com a atribuição do doutoramento Honoris Causa em Línguas e Literaturas Europeias e Americanas;
- Terminou propondo que se felicitasse Manuel Alegre, para quem o Português era uma *“língua de diferentes identidades e diferentes culturas”*, pois, essa era a riqueza de brasileiros, africanos, portugueses, porque eram diferentes mas na mesma língua, uma língua em que as vogais não tinham todas a mesma cor e, em que as consoantes, como se sabia, em Portugal assobiavam, em África cantavam e no Brasil dançavam”, uma língua onde havia a mesma música de fundo: o mar.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: (áudio 31:45 a 31:51 minutos – 2ª gravação)

- Partilhou com todos os presentes a honra da distinção feita ao poeta Manuel Alegre pela Universidade de Pádua.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): (áudio 32:30 a 41:09 minutos – 2ª gravação)

- Informou que ao longo do ano de 2018 todos iriam verificar que fazia parte da mudança estratégica do PSD, de Coimbra, ou seja, que o PSD de Coimbra tinha interpretado bem os resultados das últimas eleições autárquicas e, estava pronto para renovar e trabalhar em Coimbra;
- Quanto à saúde chamou à atenção para a Unidade de Cuidados porque, não aceitavam que Coimbra perdesse aquela Unidade, numa altura tão grave como tinha sido a dos incêndios da zona centro, apelando para a reflexão sobre aquele assunto, porque aquela matéria, não era só da ARS ou, dos Centros de Saúde;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Relativamente aos Sapadores disse, que não havia nenhum plano para aquisição de equipamentos, não havia progressões dentro das carreiras, não havia abertura de concursos abertos e efetivos aumentados, não havia Plano Municipal Contra Incêndios aprovado. Portanto, era óbvio, que aquela matéria teria de ser trazida para cima da mesa;
- Quanto às “Repúblicas” disse, que a Assembleia Municipal as reconhecia pelo seu interesse histórico e cultural e por isso, gostava que todos os grupos políticos, bem como o Presidente da Assembleia Municipal e o Presidente da Câmara, aderissem a uma subscrição para que houvesse uma solução efectiva, com base no NRAU, de forma a manter aquele bem material e histórico da cidade;
- Terminou dizendo que quanto à proposta apresentada pelo seu partido sobre a “*Descentralização de competências nas juntas de freguesia*”, não se iria pronunciar por ser um modelo que lhe era muito caro, sendo sensível ao proposto pelo Deputado Municipal Serafim Duarte, porque fazia todo o sentido que, ao ser apresentada uma proposta por qualquer Grupo Político, deveria haver um tempo mínimo para a apresentar e posteriormente, ouvir o comentário político, podendo haver ou não adesão da mesma, dos diversos Agrupamentos Políticos.

Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS): [\(áudio 45:40 a 44:23 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse que em 29 de Novembro de 2017 e, nos termos regimentais, tinham sido eleitas por aquela Assembleia as 5 Comissões Permanentes, assim, em 27 de Dezembro de 2017, tinham tido a oportunidade de realçar a representatividade daquelas Comissões, no domínio da valorização da Assembleia Municipal e do cidadão, bem como da mais-valia da participação multisectorial e multipartidária e da conciliação/agregação do poder executivo e deliberativo e, decorridos 3 meses desde a aprovação das 5 Comissões, apelava ao Presidente da Assembleia Municipal, nos termos regimentais, que convocasse a primeira reunião das Comissões assim com, empossasse os seus membros;
- Terminou apelando aos líderes partidários para que se mobilizem e criassem as condições que considerassem necessárias para que o trabalho das Comissões cumprisse os objectivos para que tinham sido criadas.

Intervenção do deputado municipal Francisco Rodeiro (PSD): [\(áudio 45:57 a 50:03 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Começou por felicitar os 4 presidentes de juntas de freguesia eleitos para ANAFRE, que muito honrava a Assembleia Municipal, onde um dos temas mais abordados e que, suscitou a quase unanimidade dos congressistas tinha sido justamente a descentralização de competências e de atribuições das juntas de freguesia, o que encaixava perfeitamente na proposta apresentada pelo PSD, dizendo que concordava plenamente com a mesma e que apenas faria uma pequena correção na frase “...da apresentação do relatório à 1ª Assembleia Municipal...”, porque significava que era no pressuposto que a proposta fosse discutida em Dezembro, como não tinha sido, deveria ser corrigida para “... da apresentação à 2ª Assembleia Municipal, e/ou quando aquela comissão, e/ou grupo de trabalho, assim o entendesse ... ” e que a mesma tivesse o apoio do Partido Socialista;
- Terminou dando como exemplo a égide o Presidente da República sobre a descentralização, bem como o exemplo da Câmara de Lisboa, quando tinha descentralizado nas juntas de freguesia que tinham menos votantes e menos eleitores, com 5 ou 6 vezes mais orçamento, que a freguesia de santo António dos Olivais e, por todos aqueles motivos, estava convicto que aquela proposta iria merecer o acolhimento de todos os deputados.

Intervenção do deputado municipal José Dias (PS): [\(áudio 50:38 a 55:06 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Começou por parabenizar a Universidade de Coimbra pelo seu aniversário levando ao tema da problemática das Repúblicas, que estavam ligadas intrinsecamente naquilo que era o património da Universidade e da cidade;
- Disse que relativamente à educação e as suas políticas, o Governo, através do Ministério da Educação, tinha feito algumas iniciativas relevantes, mas havia um programa muito específico que iria ser fundamental para uma reforma estrutural daquele ensino, que eram os projectos piloto para a flexibilização curricular e que tinham que ter uma aliança forte, naquilo que era o ensino superior e para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

tentar quebrar as barreiras entre professores e alunos, focando-se mais no ensino centrado nos estudantes, sendo alvo presentemente de discussão após o relatório fundamental da OCDE que incidia não só no ensino superior mas também o ensino básico e o ensino secundário, anulando os exames nacionais ao acesso superior. No seu entender aquela medida carecia de uma grande discussão e Coimbra teria que liderar o processo de reforma da educação naquela que era a posição de fundo do Partido Socialista em Coimbra;

- Terminou dizendo também que as condições escolares tinham uma influência muito grande para o sucesso escolar, dando como exemplo, a Escola José Falcão que necessitava de obras de fundo, urgentes e o Partido Socialista de Coimbra, estava preparado para fazer pressão junto do Ministério da Educação.

Intervenção do deputado municipal José Simão (PSD): [\(áudio 55:49 a 57:44 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse que em Santa Clara existia uma rua chamada Olival das Mentiras na qual, a monarquia, tinha prometido fazer uma central dos correios, mas que nunca tinha sido feita sendo aquela a história da existência da Rua do Olival das Mentiras que fazia parte da toponímica, por isso, Santa Clara continuava a ser ridicularizada por aquela história levando-o a questionar, se o IKEA continuaria a ser o Planalto das Mentiras e o ALDI o Olival das Mentiras da Guarda Inglesa.

Intervenção do deputado municipal Vitor Parola (PS): [\(áudio 58:10 da 2ª gravação a 02:52 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Entendia que não se devia continuar a olhar para a Câmara Municipal da forma “*olho, por olho, dente por dente*” porque a mudança tinha de começar dentro de cada um;
- Felicitou a Deputada Municipal Lúcia Santos pela eleição como líder da Comissão Concelhia do CDS-PP em Coimbra, desejando-lhe um belíssimo trabalho a favor da cidade e do concelho de Coimbra,
- Terminou registando com agrado a intervenção do Deputado Municipal Nuno Freitas sobre a Unidade de Cuidados dos SCHUC.

Intervenção do deputado municipal Rui Soares (SC): [\(áudio 05:46 a 10:42 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Relativamente à intervenção do Deputado Municipal do PS sobre o ensino disse ter ficado contente, mas entendia que iria haver mais insucesso na zona norte de Coimbra, porque tinham acabado com a escola pública naquela zona;
- Terminou afirmando que quanto ao urbanismo, não era só o Presidente da Câmara que tinha culpa, mas sim todos os envolvidos nos projectos, porque os processos não andavam e não havia critérios para a avaliação dos processos e, quanto aos prazos, era impossível prever a aprovação dos licenciamentos.

Intervenção do deputado municipal Paulo Cardoso (PS): [\(áudio 11:09 a 13:56 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Agradeceu à Câmara Municipal de Coimbra pelos dois investimentos que tinha feito na sua freguesia, por serem duas obras que iriam dar alento às pessoas daquela freguesia;
- Terminou dizendo que relativamente à proposta apresentada pelo PSD, estava grato pelo conceito, mas achava que o momento não era oportuno, por estarem a decorrer negociações, entre a ANF, a ANMP e o Governo para a, por isso, achava que esta matéria deveria ser discutida, depois de sair a legislação que o Governo aprovasse.

Intervenção da deputada municipal Isabel Garcia (PS): [\(áudio 14:43 a 16:07 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Lembrou o dia 8 de Março, “*Dia Internacional da Mulher*” e naquele âmbito, e no contexto das visitas guiadas, organizadas pela autarquia, enalteceu a proposta para aquele dia de participação no itinerário que tinha como finalidade evocar as diversas figuras de mulheres que histórica e culturalmente perpetuaram e homenagearam a cidade de Coimbra, dando como exemplo, a Drª Maria Judith Pinto Mendes de Abreu, uma Mulher notável, que tinha sido a primeira e única mulher, até aos dias de hoje, presidente da Câmara Municipal de Coimbra, eleita no pós 25 de abril, nas primeiras autárquicas, em 1976, como independente, numa lista do Partido Socialista, e após ter presidido à Câmara de Coimbra, entre 1976 e 1979, assumiu a presidência da Assembleia Municipal da cidade, no mandato de 1982 a 1985, quando era presidente da Câmara o Dr. Mendes Silva, pautando a sua vida pela defesa da liberdade e da democracia desempenhou ainda funções importantes para o país e para a região;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Terminou afirmando que era, imperativo que naquela data recordássemos aquela grande Mulher, resistente antifascista, coerente com os seus valores e com os seus princípios, culta e solidária, uma Mulher de Coimbra.

Intervenção do deputado municipal Fernando Abel (PS): [\(áudio 17:31 a 18:43 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse concordar com a intervenção do Deputado Municipal Paulo Cardoso sobre a proposta apresentada pelo PSD.

Intervenção do deputado municipal Juvenal de Sousa (PS): [\(áudio 19:32 a 21:09 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que à semelhança com o que tinha acontecido em 2016 com o Eder, aquando da sagração do título de Campeão Europeu de Futebol, tinham sido homenageados 2 atletas Conimbricenses pela Câmara Municipal, com a atribuição do Prémio de Mérito Desportivo, sendo uma honra para a cidade, porque não era todos os dias que estes atletas davam à cidade tamanha alegria, pois eram os porta bandeiras de Portugal e de Coimbra dos quatro cantos do mundo, exortando a Câmara Municipal de Coimbra a continuar e proceder daquela forma a fim de motivar e enaltecer o esforço dos jovens de Coimbra.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 22:13 a 22:25 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Dado terem esgotado o tempo de intervenção do seu Grupo Político, disse que abdicavam das restantes intervenções, pedindo apenas que a Deputado Municipal Rosa Isabel pudesse intervir.

Intervenção da deputada municipal Rosa Isabel (PS): [\(áudio 22:46 a 27:09 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Relativamente à questão das Repúblicas disse, que todos deveriam ter consciência, que uma cidade invicta e com futuro só existia, consolidada com profundo respeito pela sua história e património, pelas gentes que tinham erguido estabelecimentos e entidades que davam vida à comunidade Conimbricense e, por isso, importava preservar e proteger, e a Câmara Municipal de Coimbra estava atenta àquela realidade e às dificuldades sentidas pelos munícipes, sempre no enquadramento da lei a actuar a tempo, quando estava em causa o interesse e a relevância histórica de Coimbra, da cidade e de todo o concelho, conforme a Lei nº 42/2017, de 14 de Junho, lei essa, que estabelecia o regime de reconhecimento e protecção dos estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local. A Câmara Municipal, sensível àquela questão, vinha reunindo com as entidades da cidade relevantes na cidade, nomeadamente com o concelho das repúblicas, constatando ser importante que aquelas entidades desencadeassem o seu processo de reconhecimento de interesse histórico e cultural ou social local e naquele sentido a Câmara Municipal iria promover uma ampla divulgação ao procedimento administrativo correspondente para que houve agilidade do processo;
- Congratulou a iniciativa da Câmara Municipal e apelou à sensibilização da Assembleia Municipal para a salvaguarda do património histórico e cultural, mais disse que, quanto à proposta apresentada pelo PSD, era redutora, apesar de ser uma boa proposta, a mesma teria a concordância do seu partido, acrescentando o necessário estabelecido na lei, terminando dizendo que não se poderia esquecer o esforço que a Câmara Municipal vinha a fazer sobre aquela questão.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 27:17 a 32:02 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que uma vez que a Deputada Municipal Rosa Isabel, tinha feito algumas observações à proposta apresentada pelo PSD, mas que não tinha sido materializadas e que, se assim fosse entendido, aguardava uma qualquer emenda, embora lhe parecendo que a referida proposta iria obter o apoio de todos os grupo políticos, pois era subscrita por todos, faltando-lhe apenas a eficácia e a sua aplicabilidade, pois era um processo juridicamente tutelado pela Lei nº 42/2017, de 14 de Junho, com interesse patrimonial que tinha que ser respeitado e aprovado pela Câmara Municipal;
- Terminou, colocando de imediato a proposta à votação.

PROPOSTA

RECONHECIMENTO DO INTERESSE HISTÓRICO, CULTURAL E SOCIAL LOCAL DAS REPÚBLICAS DE COIMBRA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Lei n.º 42/2017, de 14 de Junho, veio estabelecer o "Regime de Protecção de Estabelecimentos e Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local", procedendo igualmente a alteração ao Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU) e ao Regime Jurídico das Obras em Prédios Arrendados.

A referida Lei estabelecia os critérios para o reconhecimento desse interesse bem como os modos de protecção e prazos para o efeito, competindo aos Municípios iniciar e desenvolver os processos, com envolvimento das Juntas de Freguesia e consulta pública.

Coimbra detém vários estabelecimentos comerciais — lojas históricas — bem como numerosas entidades culturais e sociais que mereceriam o justo reconhecimento de interesse municipal, com as vantagens decorrentes para os próprios em termos fiscais, patrimoniais e históricos.

As Repúblicas de Coimbra manifestaram-se publicamente em favor do reconhecimento de um estatuto diferenciador nos últimos anos, nomeadamente para efeitos do NRAU, tendo tido amplo apoio político da Assembleia Municipal de Coimbra. O património imaterial, o património material e a actividade cultural e social das Repúblicas de Coimbra são indiscutíveis e constituem um importante activo de Coimbra.

Infelizmente, tendo sido ultrapassados alguns prazos legais, a pressão imobiliária fez-se sentir sobre a aquisição de imóveis de Repúblicas históricas de Coimbra, com risco iminente de venda e adulteração do perfil dessas entidades, pelo que se justifica uma deliberação clara e urgente da Assembleia Municipal de Coimbra sobre o assunto.

Assim, os Deputados Municipais do PSD propõem, com carácter de urgência:

Ponto único — Reconhecimento do Interesse Histórico, Cultural e Social Local das Repúblicas de Coimbra

A Assembleia Municipal de Coimbra reconhece, nos termos legais e para os devidos efeitos, o interesse histórico, cultural e social das Repúblicas de Coimbra a seguir discriminadas:

- *Real República Ay-Ó-Linda, sita na rua Sousa Pinto, n.º 33*
- *Real República Baco, sita na rua do Loureiro, n.º 60*
- *Real República do Bota-Abaixo, sita na rua São Salvador, n.º 6*
- *Real República Boa-Bay-Ela, sita na rua João Pinto Ribeiro, n.º 17*
- *Real República Corsários das Ilhas, sita na Couraça dos Apóstolos, n.º 112*
- *República Farol das Ilhas, sita na rua Teixeira de Carvalho, n.º 25*
- *República dos Fantasmas, sita no Bairro Sousa Pinto, n.º 15*
- *Real República Trunfé-Kopos, sita na rua Antonio José de Almeida, n.º 6*
- *República dos Galifões, sita na Couraça dos Apóstolos, n.º 124*
- *República dos Inkas, sita na rua da matemática, n.º 2, R/C*
- *Paços da República dos Kágados, sita na Rua Joaquim Antonio Aguiar, n.º 98*
- *Surreal República Solar dos Kapangas, sita na rua da mãozinha, n.º 20, r/c*
- *República das Marias do Loureiro, sita na rua do Loureiro, n.º 58*
- *República Ninho dos Matulões, sita na rua Infanta Dona Teresa, n.º 29 - 4.º*
- *Real República dos Pyn-Guyns, sita na rua Dr. Henrique Seco, n.º 44*
- *Real República Palacio da Loucura, sita na rua Antero de Quental, n.º 228*
- *Real República Prá-Kis-tão, sita na Rua das Espinheiras, n.º 2 - 1.º*
- *República da Praça, sita na Rua João de Deus, n.º 4*
- *Real República Rapó-Táxo, sita na Rua Bairro Sousa Pinto, n.º 13*
- *Real República Rás-Te-Parta, sita na rua da Matemática, n.º 6*
- *República Rosa Luxemburgo, sita na rua Correia Teles, n.º 2 - 1.º*
- *Real República Spreit-Ó-Furo, sita na Ladeira do Seminário, Vila Bento, n.º 1*
- *República do Kuarenta, rua da Matemática, n.º 40*
- *República Solar do 44, sita na rua da Matemática, n.º 44*
- *República Solar Residência dos Estudantes Açoreanos, sita na rua Antonio de Vasconcelos, n.º 188.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº 1/2018

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, e sob proposta da bancada da do PSD, datada de 29 de Fevereiro de 2018, aprovar recomendar à Câmara Municipal de Coimbra o “*Reconhecimento do Interesse Público, Cultural e Social Local das Repúblicas de Coimbra*”

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 27:17 a 54:43 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Quanto à proposta também apresentada pelo PSD, sobre “*Um novo modelo para a descentralização de competências nas juntas de freguesia em Coimbra*”, disse não quer pronunciar-se sobre a mesma, era legal, era uma proposta política, chamou no entanto à atenção para os nomes nela propostos, porque a Assembleia Municipal nunca tinha feito uma votação nominal, portanto, se os nomes fossem retirados, ficando apenas os cargos, seria uma proposta legal e a Mesa aceitaria, se não fossem retirados os nomes, não poderia ser aprovada como proposta política;
- Pôs à votação de todos os deputados municipais a sua proposta tendo havido *unanimidade* na retirada dos nomes.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 36:36 a 38:20 minutos – 3ª gravação\)](#) - *audição imperceptível*

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC): [\(áudio 38:43 a 38:48 minutos – 3ª gravação\)](#) - *audição imperceptível*

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): [\(áudio 40:25 a 42:48 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Chamou à atenção de que aquela proposta, apenas visava a reafecção da taxa de execução para que os projectos pudessem ser substituídos por outros e transitar para o ano seguinte.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 44: 05 a 44:13 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Perguntou aos deputados municipais se aceitavam a sua proposta, ou seja, a retirada dos nomes indicados.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 44:14 a 44:57 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse compreender que aquela recomendação, era um modelo para ser aplicado em todas as freguesias e respetivas assembleias de freguesia;
- Terminou dizendo que o Partido Socialista concordava com a proposta e votaria a favor desde que não fosse excluída nenhuma freguesia.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 45: 04 a 45:17 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que uma vez que não havia acordo teria de ser votada a proposta inicial, mas antes teria de ser votada a proposta da CDU.

PROPOSTA

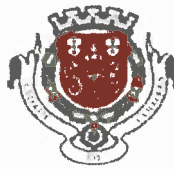
Propõe-se à Câmara Municipal de Coimbra a retirada da Minuta de Contrato Administrativo de delegação de competências na Câmara Municipal nas Freguesias/Uniões das clausulas 10ª, 11ª e 12ª, a fim de inserir o seu conteúdo no contrato específico a discutir e a formalizar posteriormente entre o Executivo e as Freguesias /Uniões.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (PS): [\(áudio 45:18 a 47:05 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que por aquela ordem de ideias ir-se-ia votar uma proposta onde a representatividade da Assembleia Municipal não iria funcionar, mas como a CDU queria que funcionasse, tinha proposto que onde a representatividade fosse constituída por todos os membros da Assembleia Municipal, incluindo as juntas de freguesias e não, onde a representatividade fosse restrita às juntas de freguesia.

Intervenção do deputado municipal Jorge Veloso (PS): [\(áudio 47:27 a 48:11 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que não concordava, porque os 11 presidentes de juntas queriam fazer parte daquele grupo de trabalho, portanto, os votos a favor ficariam condicionados à presença dos 11 membros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 48: 05 a 45:17 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Pós à votação a proposta da CDU tendo a mesma sido rejeitada, mantendo-se a proposta inicial, subscrita por todos os Grupos Políticos para posteriormente dar conhecimento à Câmara Municipal tendo sido de imediato votada.

RECOMENDAÇÃO

UM NOVO MODELO PARA A DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA EM COIMBRA

Nos últimos anos, tem sido controvertida a descentralização de competências para as Juntas de Freguesia no Município de Coimbra. A discussão permanente em torno dos Contratos Inter-Administrativos e dos Acordos de Execução foi a regra do último mandato, com ganhos pontuais — por exemplo, a afectação de 1% do IML — obtidos a muito custo e por imposição democrática da Assembleia Municipal.

A taxa de execução das transferências para as Juntas de Freguesia tem estado consecutiva e significativamente abaixo da estimativa orçamental de cada ano, como agora de novo se comprova nas GOP e Orçamento para 2018. Neste sentido, o funcionamento do Gabinete de Apoio às Freguesias no seio da Câmara Municipal de Coimbra deve ser repensado de forma a garantir maior rigor e eficácia.

Acresce que os critérios utilizados para a definição dos montantes financeiros a transferir para as Juntas de Freguesia através dos Acordos de Execução merecem, em nosso entender, actualização senão mesmo uma alteração profunda de forma a garantir os meios financeiros necessários para as tarefas e actividades previstas, sendo desejável incorporar novos critérios populacionais, de extensão geográfica e de coesão municipal.

Assim, os Deputados Municipais do PSD propõem:

1) Grupo de Trabalho na AM

A constituição de um Grupo de Trabalho específico para a apresentação de uma Proposta de redefinição dos critérios subjacentes aos Acordos de Execução e Contratos Inter-administrativos, com prazo de 90 dias para apresentação de Relatório à 2ª Assembleia Municipal Ordinária de 2018, e a seguinte composição:

- 1 Coordenador;
- 1 Secretário;
- 1 Representante de cada agrupamento político na Assembleia Municipal;
- Os Presidentes de Junta de Freguesia que queiram integrar.

2) Objectivo 5%

Recomendar a fixação da meta financeira de 5% de transferências anuais para as Juntas de Freguesia do Orçamento global da CMC, englobando Acordos de Execução e Contratos Inter-administrativos, com taxa de execução anual acima dos 90%, e prevendo a possibilidade de reafectação dos valores não utilizados em cada semestre para outras obras ou encargos das Juntas de Freguesia;

3)Reforço do Gabinete de Apoio às Freguesias Recomendar o reforço de meios humanos e técnicos em 2018 do Gabinete de Apoio às Freguesias, com publicitação nas reuniões ordinárias da AM das obras e projectos em curso e respectivas taxa de execução.

Deliberação nº 2/2018

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e sob proposta da bancada da do PSD datada de 27 de Dezembro de 2017, aprovar, “Um novo modelo para a descentralização de competências nas juntas de freguesia de Coimbra” bem como a constituição de um Grupo de Trabalho composto por:

1 Coordenador e 1 secretário (membros da Mesa); 1 representante de cada Agrupamento Político da Assembleia Municipal e os presidentes de Junta de Freguesia que o queiram integrar.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Declaração de voto do deputado municipal Serafim Duarte (CpC): [\(áudio49:29 a 46:59 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que votou a favor e aceitava como boa, a explicação do Deputado Municipal Nuno Freitas, embora a sua interpretação fosse muita equívoca, mas a finalidade era a constituição de um grupo de trabalho sem ser vinculativo nem decisivo.

Declaração de voto do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio50:12 a 50:37 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Esclareceu que nos mandatos do Partido Socialista de 2016/2017, a meta dos 5%, relativa ao orçamento global tinha sido atingida, ao contrário dos mandatos do PSD de 2012/2013 que não tinha chegado sequer aos 4%.

Declaração de voto do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio50:55 a 51:51 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que a CDU votou a favor da proposta por considerar um passo importante no sentido de definir critérios distintos daqueles que vinham a ser assumidos pelo Executivo Municipal;
- Relativamente à meta dos 5%, conforme intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva, só entendia a proposta que estava a ser discutida, como um meio para se chegar à proposta que a CDU tinha defendido há vários anos, ou seja, deveria ser atribuído ao conjunto das freguesias, uma percentagem não inferior a 10% do orçamento municipal, para o seu orçamento.

III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara: [\(áudio 53:25 da 3ª gravação a 22:33 minutos – 4ª gravação\)](#)

Nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 75º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi apresentada e distribuída a informação escrita acerca da actividade e situação financeira da Câmara Municipal durante o período. O Presidente da Câmara Municipal esclareceu os pontos da sua informação escrita.

- Relativamente às intervenções que tinham sido proferidas, onde tinham sido levantadas diversas questões esclareceu, que estava em pleno auge do processo negocial para transferência de competências estatais nas autarquias locais, tratando de transferência de descentralização de competência e não de delegação de competências do governo na administração local;
- Informou a Assembleia Municipal que, havia sensivelmente um ano, que estava na Assembleia da República, uma proposta da Lei nº 4 da descentralização, que se esperava que o processo fosse retomado e aprovado pela Assembleia da República e, se assim fosse, seria possível, proceder-se à grande reforma da administração pública, em Portugal, através da metodologia da centralização administrativa nas câmaras municipais e nas juntas de freguesias e, correndo bem, estavam elaborados 24 diplomas legais, sectoriais, sobre matérias específicas, com base na referida Lei nº 4;
- Encontravam-se consensualizados, o processo de descentralização, alterando as competências das juntas de freguesias; o diploma que visava rever os dispositivos com a segurança contra incêndios, e, nesta matéria, disse faltar ainda a alteração ao artº 153º da Lei do Orçamento do Estado, que tinha sido aprovado por unanimidade pela Assembleia da República e que vinha forçar uma conduta que não estava legislada, relativamente à limpeza das faixas de gestão de combustível para defesa das florestas e, dado que a lei anterior definia que as autarquias locais podiam, agora, passava a ser imperativo e obrigatório, o que causava preocupação porque uma vez que havendo cerca de 3 mil hectares no Município, em zonas de faixas de gestão de combustíveis e não havendo milhões disponíveis e sabendo que a natureza iria determinar o crescimento espontâneo de vegetação, tinham reclamado e alertado para a inexequibilidade, dando como exemplo, o IKEA no Alto de Santa Clara e o abate ilegal dos sobreiros;
- Disse que em Coimbra tinha sido aprovado as ZIF – Zona de Intervenção Florestal - Coimbra Este, que conjuntamente com a colaboração das Juntas de Freguesias e com os proprietários dos terrenos, que aceitaram que eram geridos por uma empresa especializada e que a rentabilidade da exploração daqueles terrenos seria repartida pelos compartes e precisava de ser financiado pelos Fundos Europeus disponíveis, o que já se tinha conseguido indicativamente com o apoio do Município, no processo de reprogramação do Portugal 2020 de modo a fixar dotação financeira para apoiar as zonas de intervenção florestal de forma rentável e produtiva;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Informou que aquele seria o método correcto e construtivo de trazer economia para a produção agroflorestal e prevenir incêndios, porque o Município cria fazer parte da solução e não do problema;
- Informou ainda que a partir de 15 de Março, estava fixado o avanço de todas as equipas de intervenção e as autoridades locais iriam intervir nos terrenos particulares, com a protecção da Lei específica, aprovada, que vinha dar autoridade para intervenção em espaços particulares tarefa que não seria fácil, mas sim complexa na medida em que iria haver intervenção em espaços em que para algumas pessoas ali tinham o seu “*ganha pão*” e a Câmara com a colaboração de todos, governo, instituições, autarquias locais e particulares, iria fazer tudo para que não se repetisse a tragédia do ano transacto e noutros anos;
- Quanto ao diploma da Promoção Turística disse, estar consensualizado, assim como o Programa de Descentralização de Competências no âmbito da criação ao investimento e, o diploma referente ao Transporte Regular de Passageiros estava na recta final;
- Finalmente tinha ficado consensualizado na reprogramação do Programa Portugal 2020, estava inscrita a operação do Sistema de Mobilidade do Mondego, dotado com 50 milhões de euros, aguardando apenas, a aprovação da proposta, por Bruxelas;
- Quanto ao decreto-lei sobre a avaliação de imóveis disse, encontrar-se na fase de informação final do ponto de vista quantitativo e estava em condições de avançar;
- Quanto ao apoio social estava na discussão final de uma portaria que dizia respeito às “*Cartas Sociais Municipais*” e que merecia uma especial atenção dado as políticas sociais que eram preconizadas pela generalidade dos municípios e das juntas de freguesias;
- Disse que sobre o “*policimento de proximidade*” estava consensualizado o diploma final, assim como, o “*ROSAL – Regime de Organização dos Serviços das Autarquias Locais*”, o “*estacionamento público*”, a “*participação na gestão das áreas florestais*” (estava em debate), as modalidades e afins de “*casas de jogos de fortuna e azar*”, a “*protecção civil*”, a “*cultura*”, a “*protecção de saúde animal e segurança alimentar*”, e quanto às “*estruturas de atendimento ao cidadão*” não estava consensualizado, assim com as “*áreas portuárias*” que estava em análise técnica, as “*vias de comunicação*”, que estava pendente apenas da verificação das vias que não se encontravam classificadas, a “*justiça*” estava em discussão técnica, a “*habitação*”, as “*praias e as actividades nas zonas lúdicas*”, o “*património público*”, a “*saúde*”, a “*educação*” estavam em discussão;
- Disse ainda que a Câmara Municipal vinha a trabalhar conjuntamente, com as juntas de freguesias, autoridades, entidades e cidadãos e porque o concelho de Coimbra, não sendo um concelho, com as áreas mais vastas, era necessário intervir e por isso todo o dispositivo da Protecção Civil, quer municipais, quer voluntários se encontravam em estado de prontidão todos os dias do ano de forma a haver, um ano e anos seguintes mais tranquilos;
- Terminou dizendo que em relação às “*Repúblicas*” foi desencadeado um processo, não só para as repúblicas, mas para todos os imóveis com interesse histórico e cultural ou social local e cada entidade teria de se candidatar após o qual, as candidaturas seriam discutidas e analisadas objectivamente, caso a caso, pela Câmara Municipal com o apoio dos Conselhos das Repúblicas, a Associação Académica e com os Serviços Sociais da Universidade de Coimbra.

2. Intervenção dos Grupos Políticos;

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): (áudio 23:21 a 29:13– 4ª gravação)

- Sobre a actividade da Câmara Municipal e dirigindo-se ao Presidente da Câmara agradeceu o facto de ter trazido à Assembleia Municipal as questões da floresta e da defesa contra incêndios, porque de 2015 a 2017, Coimbra não tinha feito nenhuma reunião do Comissão Municipal de Protecção de Incêndios, não tinha Plano Municipal aprovado. Informou Município que poderia contar com o seu partido, para o acompanhamento de novas medidas na área de protecção da floresta fossem feitas, e que apesar de saber de todo o esforço do Governo e da matéria legislativa que era complexa, haviam demasiadas falhas na protecção civil municipal;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Relativamente à Companhia dos Bombeiros Sapadores informou o Presidente da Câmara que o que se estava a passar era muito grave, era um desinvestimento continuado e desprestigiante para os próprios bombeiros e que a Protecção Municipal não tinha Plano de Intervenção;
- Terminou pedindo ao Presidente da Câmara que em matéria de protecção civil, se comesse pelos Bombeiros Sapadores de Coimbra, dando-lhes bons exemplos, em termos programáticos e, em articulação com outras forças, se se tinha um dispositivo à altura para que as pessoas se sentissem em segurança.

Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS): [\(áudio 29:53 a 33:34 – 4ª gravação\)](#)

- Informou que em Junho de 2017 o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas apresentou um novo projeto de mobilidade entre Lousã e Coimbra, conhecido por Metro Bus, afirmando que se traduzia numa solução mais favorável para as populações, sendo que levaria três anos e meio a entrar em go e responsável pelo encerramento do Ramal da Lousã há cerca de 9 anos, com a justificação funcionamento;
- Disse que em Outubro de 2017, o Presidente da Câmara Municipal tinha afirmado que o sistema de autocarros que o Governo tinha apresentado para substituir o projeto do Metro Mondego era “*uma revolução na vida da cidade* e que a data de início de funcionamento anunciada para 2021, implicava o lançamento do concurso público ainda em 2017. Assim, o CDS-PP tinha enviado um conjunto de perguntas ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas e ao Presidente da Câmara Municipal de Coimbra sobre o Sistema de Mobilidade do Mondego sem que, tivesse até ao momento resposta de ambas as partes, estando ultrapassado o prazo limite para resposta, fixado em 30 dias;
- Terminou dizendo quer tornar público o conjunto de perguntas novamente enviadas ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas na esperança de assim conseguir obter as respostas até agora inexistentes, perguntando ao Presidente da Câmara se: “*Estava em condições de revelar quando seria lançado o concurso público para o Sistema de Mobilidade do Mondego na sua última versão de “Metro Bus”?* *Se tinha conhecimento em que ponto estavam os concursos com vista ao desenvolvimento de mais estudos e projetos do Sistema de Mobilidade do Mondego?* *Se estava em condições de dizer se o Portugal 2020 já está reprogramado?* *E não estando, que garantias poderia dar?* *Se estava em condições de revelar se o projeto já tinha sido enviado à Comissão Europeia para avaliação e, se não, quando seria enviado?* *O que queria dizer quando afirmou “vamos até onde dá”?* *“Vamos” até onde o financiamento der?* *E depois?* *O que não estiver feito fica por fazer e se se estava a referir ao troço urbano ou ao troço suburbano, quando afirmou “vamos até onde dá”?*”

Intervenção do deputado municipal Nunes da Silva (CDS): [\(áudio 34:03 a 36:01 – 4ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara Municipal dizendo-lhe que o Estabelecimento Prisional de Coimbra se encontrava obsoleto e, que segundo um relatório da Comissão Europeia sobre os estabelecimentos prisionais, aconselhava a uma remodelação do mesmo, classificando-o, no entanto, em 5º lugar na Europa;
- Terminou perguntado ao Presidente da Câmara porque não se mudavam as instalações do referido estabelecimento, uma vez que existia terreno para o efeito custo zero.

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 36:36 a 42:38 – 4ª gravação\)](#)

- Disse que após o estudo e preparação da agenda da reunião pelo seu partido e, depois da intervenção do Presidente da Câmara e das esperanças trazidas pelos deputados municipais do PS nas suas intervenções, faziam constatar que existia a mesma atmosfera de imobilismo, a ausência de força empreendedor, o vazio de inovação, a redução da acção política à conformidade, porque tudo o que entretanto tinha mobilizado a cidade, parecendo que nada tinha a ver com os poderes autárquicos, dando como exemplo: o caso do José falcão, as repúblicas, o CTT, o agravamento das condições das maternidades, o caso da sobrelotação da prisão ou ainda, “os não casos” como por exemplo de “*Coimbra Capital Europeia da Cultura*”, do Aeroporto Regional, do Palácio da Justiça, das Estações Centrais e nodais dos comboios e autocarros, do Metro Bus, do romper do paredão insólito em terminar a A14, da IP’s da parecia municipal no Programa Nacional do combate ao insucesso escolar, dizendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

que bem sabia que também o seu discurso, sofria de algum imobilismo, mas não podiam fazer de conta que não davam conta;

- Terminou dizendo que à Assembleia Municipal, apenas chegavam actos burocráticos, dando como exemplo, a agenda em questão, enunciando os pontos nela constantes, afirmando que era do maior interesse público e da maior responsabilidade e que esta deveria ser uma prioridade e até, um campo de exemplaridade para Coimbra, porque era da responsabilidade de todos.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 43:04 a 49:50 – 4ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se aos representantes das Repúblicas presentes na sala reforçando aquilo que havia sido dito pelo deputado municipal Pinto Ângelo e esclarecendo que relativamente à intervenção da CDU sobre as questões das “Repúblicas”, em 2013 a CDU tinha promovido uma debate sobre o tema “Repúblicas”, onde também tinham estado representantes do comércio local e, também em 2013 a CDU tinha submetido à Assembleia da República uma proposta de lei na qual propunha a revogação da Lei do Arrendamento;
- Quanto às duas maternidades de Coimbra, destacou o bom trabalho que ali vinha a ser realizado ao longo dos anos, aconselhando a que se conservasse e desenvolvesse a cultura de cuidados de saúde, fazendo eco das posições tomadas pela Sessão da Ordem dos Médicos e do Sindicato dos Médicos da zona Centro que recusavam à asfixia dos serviços, exigindo a intervenção urgente das infraestruturas existentes e à contratação de pessoal, dando como exemplo, o que tinha acontecido com a fusão dos dois hospitais e o argumento seria sempre o mesmo o “*argumento técnico*”, lendo de imediato a posição conhecida do médico Jorge Seabra;
- Relativamente ao IP3 informou que brevemente a CDU seria portadora de uma moção no sentido de vincular a Autarquia a uma tomada de posição a favor da melhoria daquela via, assim como, da sua manutenção e da gratuidade do serviço;
- Chamou à atenção para alimentação das escolas e à qualidade da comida distribuída aos alunos;
- Terminou dizendo que relativamente ao fecho dos balcões dos CTT, a CDU vinha a alertar há muitos anos para o desastre que “*antes de o ser já o era*” porque, naquela situação e nas expostas anteriormente entendia que a melhoria de Portugal não resultava de cumprimento de metas político-contabilísticas, mas sim da melhoria das condições de vida dos portugueses.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (CDU): [\(áudio 50:24 a 58:05 – 4ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao deputado municipal Nuno Freitas dizendo-lhe que deveria olhar para o estado em que tinha ficado a protecção civil, quando fazia algumas intervenções porque, sempre que o Executivo fazia ou tentava fazer algo, logo aparecia alguém a reclamar, como era o caso da abertura da Via central e das obras do Convento de S. Francisco;
- Quanto à intervenção do SC sobre o “*Orçamento Participativo*” pediu-lhe que se afastassem em nome de Coimbra, dos seus habitantes e dos seus reais interesses porque aquele tipo de oposição era paralisante e de bloqueio;
- Mais disse que assim que tinham começado as obras da “*Via Central*” tinha havido uma manifestação à porta do Município dos comerciantes da Baixa, em época natalícia, mobilizados ou não, mas todos sabiam que o Presidente da Câmara levava gestão da Câmara e os interesses de Coimbra muito a sério e a “*Via Central*” e o traçado do Metro Bus atingiam uma importância fundamental e estruturante no futuro de Coimbra;
- Terminou perguntando ao Presidente da Câmara para quando estava prevista uma visita técnica, programática, às obras da “*Via Central*” integrando as obras de lançamento do Projecto do Metro Bus, sugerindo-lhe que fossem convidadas todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal

Intervenção do deputado municipal Francisco Rodeiro (PSD): [\(áudio 59:03 da 4ª gravação a 02:53 – 5ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se deputado municipal Ferreira da Silva informando-o que há cerca de 20 anos, quando era vereador da oposição tinha feito uma deslocação aos terrenos do Botão para verem os limites do futuro Estabelecimento Prisional de Coimbra. Naquela mesma época, o Ministro da Justiça, tinha verificado os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

limites do futuro Estabelecimento Prisional de Coimbra e também nessa mesma época tinha ido à margem esquerda do Mondego para assistir à inauguração dos terrenos do futuro Palácio da Justiça, onde tinha tido a honra de ter o nome gravado numa pedra de granito para a futura inauguração do quartel dos Bombeiros Voluntários de Coimbra em Eiras. Também nessa mesma época tinha estado no lançamento do Programa “*Estações com Vida*”, com a presença do então 1º Ministro – Engº António Guterres, mas todas as situações descritas, em nada tinham mudado, tudo se mantinha na mesma;

- Terminou dizendo a todos os deputados municipais e, em especial, ao deputado Ferreira da Silva que nem o “*Metro de Superfície*”, o PS, tinha, até então, resolvido, portanto, o PS não resolvia tudo, ou melhor, deixava tudo por resolver.

Intervenção do deputado municipal Rui Soares (SC): [\(áudio 03:33 a 05:40 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Informou que tinha feito uma intervenção alertando para os problemas sobre o urbanismo e o Presidente da Câmara na sua intervenção, nada tinha dito sobre o assunto, nem em relação às taxas, nem em relação a morosidade dos processos, bem como em relação ao apoio às freguesias porque não havia qualquer tipo de apoio da Câmara Municipal, por isso as freguesias estavam por sua conta e risco.

Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS): [\(áudio 06:41 a 12:02 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse que ainda era curto o balanço de 4 meses do exercício autárquico de um mandato de 4 anos e que tinha cabido ao Partido Socialista, por outorga dos eleitores do concelho, lendo de imediato um enxerto de Rui Namorado, que tinha sido usado no programa eleitoral do partido;
- Informou que um programa eleitoral não era um acto de retórica ou uma figura de estilo, mas sim, uma assunção de compromisso em que a política devia ser dignificada, como um acto de cultura e, o escrutínio público, em tempo próprio, perante os destinatários e que na sua opinião, o Partido Socialista não tinha palavras de “*tretas*” tal como todos os outros, mas sim, palavras meritórias e respeitáveis, independentemente de divergência ou convergência de opiniões;
- Terminou afirmando que o Partido Socialista era uma força política organizada que estava disposto a contribuir para a regeneração da política colectiva, para a recuperação, na sua parcela do prestígio dos órgãos do poder legítimo de modo a incentivar a cidadania, para a democracia participativa e representativa, porque o futuro não era apenas o “Portugal 2020” e o após “Portugal 2020” era também o desenvolvimento sustentável, que procurava satisfazer as necessidades das gerações.

Intervenção do deputado municipal Jorge Veloso (PS): [\(áudio 12:55 a 16:32 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Informou que o Congresso da ANFRE, tinha sido dos congressos mais participados de que tinha memória, tinha sido um congresso selectivo e representativo da maior associação de autarquias do país, onde tinham sido definidas as linhas gerais da actuação da ANAFRE para os próximos 4 anos;
- Mias disse que naquele congresso tinham sido amplamente discutidos vários temas, com muito interesse nomeadamente: a descentralização de competências e da autonomia do poder local, a Lei das Finanças Locais, uma maior participação das freguesias nos recursos do Estado bem como, a necessidade de promover a existência de uma nova lei quadro de criação, modificação e extinção de freguesias que permitisse corrigir situações de reformas, imposta em 2013, e que desse corpo aos critérios apontados pelo Relatório de Avaliação, relativamente à reorganização do território, cujo processo de descentralização iria obrigar à revisão do Estatuto do Eleito Local e às normas de instalação e de funcionamento dos órgãos autárquicos de modo a poder responderem às novas competências, aproximando ideias, dando como exemplo, o reforço jurídico relativamente às freguesias de modo a que aquele reforço fosse efectuado por força da lei;
- Disse que se sentiram gratos com as presenças do Presidente da República, do Ministro da Administração Interna e do Secretário de Estado da Administração Local, que tinham comungado das preocupações dos congressistas.
- Terminou agradecendo aos 10 congressistas do distrito de Coimbra que tinham estado presentes no Congresso da ANAFRE.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS): (áudio 07:59 a 20:16 – 5ª gravação)

- Disse que seria conhecido brevemente que a AICEP estava a negociar a vinda para Portugal de aproximadamente 30 centros de competências e centros de serviços partilhados e, apesar dos valores de investimento potencial estivessem fechados a sete chaves, as autoridades competentes falavam que seriam cerca de 8000 os potenciais empregos a criar com estas empresas, à semelhança de outros países como: Alemanha, França, Reino Unido, Holanda, Estados Unidos e Brasil, porquanto, a captação deste tipo de investimento, era determinante para enfrentar alguns dos maiores desafios que Coimbra tinha pela frente, sendo um deles, e talvez o mais importante, inverter a tendência demográfica regressiva que se tinha abatido sobre a região e que as projeções demográficas indicavam que não só se iria manter, como agravar;
- Disse ainda que, como era do domínio público, em Janeiro de 2018 tinha sido divulgado o caso da Google, que traria, em breve, aproximadamente 500 novos postos de trabalho especializados para a região de Lisboa. Também a anunciada a vinda para o Porto da alemã Devexperts, bem como a Uber, a Mercedes e a Zalando, e, com tantos anúncios, só havia um que continuavam insistentemente a não conseguir ver, que era Coimbra a entrar no radar do investimento, sendo caso para dizer que ao contrário de Portugal, que “*estava definitivamente na moda*”, Coimbra continuava longe das *passerelles*!
- Terminou perguntando ao Presidente da Câmara, perante o posicionamento competitivo que Portugal estava a assumir através da AICEP, o que se lhe impunha fazer, quais as movimentações que o Município de Coimbra iria fazer para garantir que estaria na linha da frente para a captação de algum daqueles investimentos?

Respostas do Presidente da Câmara;

Intervenção do Presidente da Câmara: (áudio 20:47 a 28:26 minutos – 5ª gravação)

- Disse que a maior parte das questões suscitadas tinham sido respondidas na sua anterior intervenção, no entanto, informou que relativamente à inclusão do Sistema de Mobilidade do Metro Mondego o valor era de 50 milhões de euros;
- Quanto à questão colocada sobre a activação da Protecção Civil informou que a mesma estava accionada desde a meia noite daquele dia e estava acordado com a Direcção da Associação de Bombeiros de Voluntários de Coimbra o financiamento da contrapartida nacional para intervir na requalificação dos Bombeiros Voluntários de Coimbra esclarecendo que a mudança dos mesmos não era da sua responsabilidade, desconhecendo o que até então tinha acontecido, apenas poderia dizer que os bombeiros voluntários iriam ter instalações condignas e que processo já tinha financiamento comunitário assegurado em fase de contratação pública e a Câmara Municipal tinha assumido apoiar os Bombeiros Voluntários de Coimbra com a componente da contrapartida Nacional;
- Quanto à admissão de pessoal informou que na época da Troika não era permitido admitir pessoal, e assim que tinha sido possível, tinha sido aberto concurso para admissão de 22 lugares de bombeiros sapadores, bem como que estava a decorrer bem como a contratação pública para aquisição de fardamentos;
- Relativamente à Penitenciária disse, que o acordo tinha sido assinado e assumido um compromisso, mas o processo tinha sido entregue à Universidade, para ser feita uma biblioteca;
- Quanto ao investimento estrangeiro ir-se-ia fazer um acordo de alargamento a esse investimento;
- Terminou dizendo que quanto às inaugurações iria tomar boa nota continuando a fazê-las e anunciou que estava em bom andamento o acolhimento dos Eusa Games 2018 - The European Universities Games.

2. Orçamento Participativo – Metodologia e eleição de três (3) membros da Assembleia municipal;

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: (áudio 29:56 a 30:22 minutos – 5ª gravação)

- Disse que os membros da Assembleia Municipal que tinham sido propostos, em lista, para a composição do Orçamento Participativo eram: Tiago Mariz do CDS-PP; João Parreira – PSD e Luís Silva do PS.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 30:49 a 33:50 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse que a CDU entendia que a participação dos cidadãos na política orçamental do Município era indissociável na acção dos órgãos do poder local, porque a sua participação tinha que ser valorizável e, que apesar de já existirem, consideravam importante desenvolver actividades no sentido de valorizar, através de regulamentos, de regulamentos de apoio e de outros tipo de acções autárquicas, a participação da Autarquia naquelas estruturas e também aprofundar a orçamentação das juntas de freguesias, por serem as estruturas que se encontravam mais próximas dos cidadãos;
- Destacou que a discussão que estava a decorrer não podia ser enquadrada num orçamento participativo, por se tratar, não de um orçamento participativo, mas sim, de um “*concurso de ideias*” e por isso, tinham uma posição crítica, que também já tinha sido expressada pelo Vereador da CDU, em reunião de Câmara.

Intervenção do deputado municipal Pedro Filipe (CDS-PP): [\(áudio 30:49 a 34:18 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Informou que o CDS-PP concordava com a dinamização da proposta apresentada sobre o Orçamento Participativo, acreditando que acções como aquela e, particularmente destinada aos jovens, poderiam ajudar a uma real dinamização, nomeadamente, na dinamização do Centro Histórico, lembrando, no entanto, que o CDS-PP tinha lançado em tempo útil, a ideia de um Orçamento Participativo e, aquele sim, com um valor considerável e que tinham deixado à consideração da população.

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 34:45 a 36:38 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Congratulavam-se pela adesão do Município ao “*Orçamento Participativo*”, que há muito vinha a ser implementada em muitos municípios e, desde o ano anterior, pelo próprio governo;
- Mais disse que CpC tinha feito uma proposta em 2014 e que em algumas freguesias do concelho tinham sido feitas experiências, procurando incentivar a participação dos cidadãos e a sua aproximação aos processos políticos;
- Relativamente ao Orçamento Participativo, em discussão, disse que a Câmara Municipal o estava a usar como instrumento de hipocrisia política começando pelo montante irrisório que lhe era destinado, passando pela redução do campo de intervenção dos projetos, até ao impedimento das associações sem fins lucrativos poderem ser proponentes, tudo contribuía para desvalorizar aquele instrumento, à partida tão forte e mobilizador da participação social;
- Terminou afirmando que o CpC defendia um valor muito superior para o Orçamento Participativo, a anulação da restrição do campo de acção e da organização de projetos e propostas, por associações, desde que ficasse claro que o benefício seria de interesse público e com amplitude social, considerando que aquele é que deveria ser o primeiro critério de valorização das propostas., assim como na separação etária que era feita e na desvalorização da fatia para os mais jovens, porque a haver diferenciação, deveria ser num sentido inverso.

Intervenção do deputado municipal João Parreira (PSD): [\(áudio 37:07 a 38:35 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Nomeou o nome de 70 municípios como sendo aqueles que já tinham adoptado o Orçamento Participativo, em Portugal, dizendo que finalmente, o Município de Coimbra tinha cedido á vontade da sociedade civil, apesar de algumas freguesias já terem adoptado, e, apesar de se sentirem felizes com aquela iniciativa, a grande vontade do PSD era que a abertura à sociedade civil não se restringe-se simplesmente aos 150 mil euros, mas sim, que se alargasse naquilo que era a forma popular do Município e por isso, iriam votar a favor.

Intervenção da deputada municipal M^a dos Prazeres (SC): [\(áudio 34:45 a 40:36 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Saudou o Executivo por finalmente ter cumprido a promessa das eleições de 2013, o “*Orçamento Participativo*”, iniciativa apresentada por todos os partidos e movimentos, considerando-o como um modelo de reforço da democracia participativa, mas não podia deixar de perguntar porque é que tendo prometido nas eleições de 2017, o montante de 1 milhão de euros, o Partidos Socialista se tinha limitado agora a um “*Coimbra Participa*”?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Terminou propondo formalmente que a “Comissão de Acompanhamento” a constituir pela Assembleia Municipal, dentro do verdadeiro espírito da participação democrática, fosse constituída por um elemento de cada uma das forças políticas representadas na Assembleia Municipal.

Intervenção do deputado municipal Luís Silva (PS): [\(áudio 41:08 a 42:32 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse que em representação dos jovens socialistas de Coimbra, se congratulava por haver um “*Orçamento Participativo*” e pelo facto de aquela medida, a qual defendiam há quase uma década, estar a ser implementada em Coimbra, era muito positivo discutir valores ou temas, porque pelo menos, não se estava a discutir a existência ou inexistência de um “*Orçamento Participativo*”;
- Terminou dizendo que cerca de 40 municípios tinham aberto o “*Orçamento Participativo*”, mas, entretanto, 38, já o tinham suspenso por não terem dado passos sólidos e concretos, congratulando-se pelo Orçamento Participativo agora apresentado, ser rigoroso, circunscrito, era certo, mas era um primeiro passo na direcção certa.

Deliberação nº 3/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 19 Fevereiro, deliberou, por *maioria*, com 41 votos a favor, 2 votos contra, 6 abstenções e 1 voto nulo e, nos termos do artº 11º das Normas de Participação e, *aprovar* a constituição da “*Comissão de Análise Técnica*”, do “*Orçamento Participativo*”, composta pelos seguintes membros:

PS – Luís Silva; PSD – João Parreira; CDS-PP – Tiago Mariz; Somos Coimbra – Filomena Girão; CpC – Graça Simões.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

3. Comissão Municipal da Defesa da Floresta – Eleição de cinco (5) membros da Assembleia municipal (Presidente de Junta e/ou União);

Intervenção do deputado municipal Pedro Filipe (CDS-PP): [\(áudio 58:30 a 59:36 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Informou que a bancada do CDS-PP se congratulava com as últimas declarações do Presidente da Câmara, após reunião do dia 15 de Fevereiro, quando disse “*trazer as pessoas para o lado da devoção, adoptando um caminho construtivo*” esperando que assim fosse;
- Gostaria que a Câmara Municipal fosse exemplar no respeito pelo património florestal que lhe pertence e que desse o exemplo a todos os cidadãos relativamente à sua limpeza;
- Terminou solicitando que os documentos relativos àquela matéria lhe chegassem às mãos em tempo útil e o mais atualizados possível.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 00:01 a 02:16 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Disse que a questão da floresta, era uma questão fundamental e não era possível ser tratada de animo leve, porque tinha sido como um “*sacudir da água do capote*” de várias políticas governativas, ao longo de diversos anos para as câmaras municipais e, por sua vez, para as freguesias, sendo inadmissível, que não dispendo estas de meios para assumir a responsabilidades de políticas florestais, aquela situação, não podia ser encarada de forma ligeira, tal como estava a ser encarada pelo governo português;
- Mais disse que, o Regime Excepcional das Redes Secundárias das Faixas de Combustível, estava a levar sofrimento a muitos idosos, porque para além de não saberem como lidar com a questão existiam ainda os “*abutres*” os que limpavam as matas e por isso, dever-se-ia ver a melhor forma de ser tratada;
- Terminou pedindo ao Presidente da Câmara e ao Presidente da ANMP uma maior atenção para a referida questão.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): [\(áudio 02:41 a 05:58 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Lembrou que tinha sido aprovado por unanimidade pela Assembleia da República aquele pacote legislativo e que a discussão sobre os meios pagos disponíveis pelas câmaras, iria ganhar especial acuidade, esperando, que não fosse após casos novamente terríveis e trágicos, que viessem suscitar novamente a questão da responsabilidade do estado e das entidades devedidas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara afirmando que não tinha sido elegante a resposta dada por este, sobre os bombeiros sapadores, porque as matérias eram muito sérias, muito intensas e o conjunto de os meios, designadamente, financeiros, eram escassos e era preciso capacidade técnica e sinérgica com as várias entidades nomeadamente a GNR, exército, forças de segurança e as Associações Voluntários de Bombeiros.
- Terminou afirmando que mantinha todos os pontos da sua intervenção, sobre a Companhia de Bombeiros Sapadores e que iria posteriormente apresentar uma moção, sobre o tema.

Intervenção do deputado municipal João Aldeia (SC): [\(áudio 06:02 a 07:48 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Começou por felicitar e desejar boa sorte aos membros da Assembleia Municipal que iriam ser eleitos para a “*Comissão Municipal da Defesa da Floresta*” por serem eles os mais próximos do cenário de risco de incêndio, afirmando contudo, que iriam deparar-se com duas situações “*curtas*”, o dinheiro e os prazos, e Lisboa, não tinha a mínima noção da realidade, o que tornava complicado gerir um trabalho com aquela envergadura, por ser um trabalho difícil e de responsabilidade, mas, os que iriam representar o Município de Coimbra, seriam os que teriam mais legitimidade para gerir o processo no terreno e por isso, não poderiam ser considerados “*anónimos*”, porque ser “*anónimo*” era ser “*fraco*” e estava convicto que aqueles não o seriam.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 08:03 a 08:42 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Disse que independentemente das intervenções feitas relativamente àquela matéria nenhuma crítica poderia ser feita à Câmara Municipal e ao Governo, porque se estava simplesmente a nomear uma comissão, com base numa lei aprovada, por unanimidade, pela Assembleia da República.

PROPOSTA DOS GRUPOS SUBSCRITORES

“Comissão Municipal da Defesa da Floresta”

- Presidentes da Junta de Freguesia de Torre do Mondego – Paulo Cardoso;
- Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes – João Marques;
- Presidente da União de Freguesia de Santa Clara e Castelo Viegas – José Simão;
- Presidente da Junta de Freguesia de Cernache – António Lopes;
- Presidente da União de Freguesia de Souselas e Botão – Rui Soares.

Deliberação nº 4/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 19 Fevereiro, deliberou por *maioria*, com 47 votos a favor, 1 voto contra e 2 abstenções, e nos termos da alínea b), do nº 1, do Artº 3º-D, da Lei nº 76/2017 de 17 Agosto, *aprovar* a constituição da “*Comissão Municipal da Defesa da Floresta*”, composta pelos seguintes membros:

- Presidentes da Junta de Freguesia de Torre do Mondego – Paulo Cardoso;
- Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes – João Marques;
- Presidente da União de Freguesia de Santa Clara e Castelo Viegas – José Simão;
- Presidente da Junta de Freguesia de Cernache – António Lopes;
- Presidente da União de Freguesia de Souselas e Botão – Rui Soares.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

4. Minuta de contrato Interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal nas Freguesias/Uniões, nos termos da alínea k), do artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 17:38 a 08:42 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Disse que em ligação com o ponto anterior, que se tinha votado e aprovado, queriam propor à Assembleia Municipal que fossem *destacadas as cláusulas 10ª, 11ª e 12ª da minuta* de modo a poder isolar a questão dos encargos das freguesias, com a limpeza das florestas, e se assim fosse aprovado, merecia a sua aprovação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Francisco Andrade (PSD): [\(áudio 18:51 a 21:43 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Disse que os incêndios que tinham assolado o país, não tinham deixado ninguém indiferente, estando solidários, com todas as pessoas que tinham sofrido aquelas vezes e por isso todos deviam passar das palavras aos actos porque algo deveria ser mudado e feito com o apoio dos proprietários, governo, câmaras municipais, protecção civil, juntas de freguesias, forças militares e de segurança;
- No entanto, disse comungar da opinião do Presidente da ANMP, que também era o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, quando manifestou a sua preocupação relativamente à capacidade das autarquias conseguirem cumprir os prazos para a limpeza das faixas de gestão de combustíveis, da falta de capacidade de meios humanos e de maquinaria e, de meios financeiros, portanto, nunca poderiam as juntas de freguesia, com as suas parcas finanças, aceitar as verbas apresentadas no Capítulo 2, cláusula 12ª;
- Terminou dizendo que disponibilidade sim, mas com o devido reconhecimento e respeito pelas realidades das finanças das juntas de freguesias e das suas competências, porque perante as verbas que lhes eram apresentadas, e, enquanto não houvesse total conhecimento relativamente à designação, caracterização e dimensão e de conhecimentos de estaleiros para recolha daquilo que se cortava, nenhuma junta de freguesia dos eleitos do PSD, iriam votar a favor daquela minuta e ficariam a aguardar uma maior clarificação e uma mais justa verba, por hectare, a fim de tomarem uma posição definitiva.

Intervenção do deputado municipal Tiago Mariz (CDS-PP): [\(áudio 22:12 a 24:52 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Disse que o CDS-PP estranhava que fosse trazido àquela Assembleia Municipal, uma minuta com espaços em branco, portanto, entendia que não havia condições para aquele documento pudesse ser votado, propondo que fosse suspensa e sujeita a votação, só depois de negociada e aprovada com cada freguesia.

Intervenção da deputada municipal Garça Simões (CpC): [\(áudio 25:32 a 24:52 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Disse que concordavam com solução proposta pela CDU especialmente devido à inclusão do Capítulo 11 - Protecção Civil.
- Discordavam inteiramente das reservas e medidas de controlo, por transmitirem um princípio de desconfiança em relação aos órgãos das freguesias e uma ingerência na sua autonomia;
- Terminou afirmando que percebiam as razões das cautelas, por saberem do desprovimento técnico das freguesias e concordavam com o reforço do Gabinete de Apoio, para essas assessorias.

Intervenção do Presidente da Câmara: [\(áudio 27:02 a 35:40 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Informou que nesta etapa do processo era obter da Assembleia Municipal autorização para a celebração de contrato Interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal nas Freguesias/Uniões;
- Disse que não havia qualquer problema em fazer dois contratos, porque, uma vez autorizada a Câmara Municipal a assinar contrato, esta, comunicava a cada junta de freguesia, que por sua vez, teriam que apreciar e obter autorização da respectiva assembleia de freguesia e, no processo negocial, nos espaços que se encontravam em branco, seriam definidas cada obra, cada operação, que seria para todo o mandato;
- Informou ainda que, o que era diferente do mandato anterior, era que, os contratos que viessem a ser celebrados, entre a Câmara Municipal e cada junta de freguesias, teriam de ser devidamente identificados e o seu alcance;
- Disse ainda, que a Câmara Municipal delegava e o que fosse delegado teria de ser taxativo, como a limpeza de valetas e das faixas de gestão de combustível, que estavam identificadas, porque se encontravam cartografadas e, haveria zonas, que poderiam ser as juntas de freguesias a fazer, se aceitassem a delegação, por isso, tinha que se negociar;
- Outra componente, era ficar expresso no contrato ou, nos contratos o que transitava do ano económico anterior, porque as obras tinham que ser feitas, com cobertura orçamental e contratual, para haver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

segurança jurídica das partes intervenientes, por isso, achava que o mais correcto era identificar com exatidão a operação a acção dando como exemplo, o caso concreto da protecção civil, que estava a sofrer atualizações quase diárias;

- Terminou dizendo que aquele processo iria ser um processo dinâmico, apenas aguardava a autorização da Assembleia Municipal para a celebração dos contratos, com cada uma das juntas de freguesia e era aquele o entendimento global e tinha que ser consensualizado com as partes envolvidas.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 35:46 a 38:43 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Informou que não estava em causa qualquer tipo de dúvida da boa fé, nem do mecanismo que a Câmara Municipal tinha usado para resolver os problemas de todos, mas sim o “*enxotar da água do capote*” do Governo para as autarquias locais e por isso, o seu pedido era, que a Câmara Municipal puxasse para si aquilo que eram os seus acordos com as freguesias, que estavam consensualizados, naquilo que era um capítulo de responsabilidade governativa, porque o que temia não eram os espaços abertos na minuta proposta, mas sim, os espaços abertos, na política nacional;
- Terminou pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que retirasse aquele capítulo (*cláusulas 10ª, 11ª e 12ª*) permitindo-lhe assim ter o seu papel de revindicação, daquela que era a sua posição de defesa dos munícipes, junto do Governo.

Intervenção do deputado municipal Rui Soares (SC): [\(áudio 39:46 a 40:42 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Relativamente aos acordos de execução disse que a sua junta se tinha substituído à Câmara Municipal em alguns trabalhos, tinha dado conhecimento daquele facto ao Gabinete de Apoio às Freguesias e não tinha sido restituído de qualquer valor pecuniário gasto pela sua Junta, portanto, o Movimento SC iria votar contra.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): [\(áudio 40:55 a 45:45 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Disse que apesar de o que estava proposto para votação fosse uma minuta, após a sua aprovação pela Assembleia Municipal, não poderia ser alterada e as juntas de freguesia não tinham capacidade financeira para cumprir aquelas metas, havendo aquela omissão na clausula 10ª, relativamente às obras municipais e à protecção civil (capítulo 2º);
- Relativamente às obras municipais disse que, a Assembleia Municipal tinha acabado de aprovar por unanimidade, um Grupo de Trabalho para analisar as novas regras sobre os meios financeiros que envolviam os contratos interadministrativos de obras, e por isso entendia que deveria haver um entendimento com os presidentes de juntas de modo a poder haver uma forma de entendimento e de ressarcimento caso os meios financeiros não fossem suficientes e saber qual seria o apoio administrativo dado às juntas, para fazer aquele cadastro, em tempo útil, porque era um trabalho de monta a untar ao trabalho que já tinham e por isso, a sua bancada não se sentia confortável para votar aquela matéria.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 46:07 a 48:47 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Disse que apenas iria fazer uma intervenção técnica e não política e a seu ver, a minuta, tal qual estava, não cerceava a liberdade contratual de ninguém, ao contrário, ao tirarem as cláusulas propostas, isso sim, estar-se-ia a cercear a liberdade contratual de algumas juntas;
- Terminou dizendo que no seu entender, as cláusulas 10ª e 11ª deveria manter-se tal qual estavam na minuta e, deixar que os intérpretes contratualizantes, juntas, câmara e assembleias de freguesias, pudessem definir em concreto as clausulas que melhor se lhes apropssem na limpeza das florestas.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal [\(áudio 49:52 a 50:51 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Propôs que se autorizasse a celebração de contratos, com a especificação de um texto, onde deveria dizer-se, que aquela minuta era autorizada pela Assembleia Municipal, *sem prejuízo de que as questões ou as acções relacionadas com as florestas e com a protecção civil tivessem um tratamento e uma negociação caso a caso, ou seja, sem prejuízo do tratamento contratual autónomo das questões e acções relativas às florestas e à protecção civil.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 51:04 a 55:22 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Disse que a proposta que a CDU tinha apresentado, não invalidava a existência de delegações de competências da Câmara Municipal de junta a junta, porque separando aquelas normas, nada invalidava que a Câmara Municipal, pudesse assumir a sua legitimidade legal, porque não carecia da autorização da Assembleia Municipal para delegar competências;
- Disse que o que levou a CDU a apresentar a proposta da delegação de competências, tinha sido feita com sinceridade e fazia sentido, mas se o Executivo tinha trazido à discussão da Assembleia Municipal, aquela matéria sem ser necessário, era porque entendia que precisava da opinião da mesma e por isso, entendia que aquela matéria deveria ser vista com cautela, caso a caso e ser tratado com mais calma cautela e com mais tempo de forma concreta e assunto concreto.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 57:20 a 57:30 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Aclarou que o termo da sua proposta não seria “*sem prejuízo*”, mas sim “*com a obrigatoriedade de tratar esta questão diferenciadamente*”

Intervenção do deputado municipal Tiago Mariz (CDS-PP): [\(áudio 58:02 da 6ª gravação a 00:23 minutos – 7ª gravação\)](#)

- Disse que a proposta do CDS-PP era suspender a votação e sujeitar a votação os contratos igualmente ou por atacada quando estivessem contratualizados;
- Mais disse que a Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador iria aprovar um documento que não conhecia e que suscitava muitas dúvidas;
- Terminou dizendo que poderiam reformular nova proposta, talvez, uma autorização genérica para negociação, mas o artº 25º da Lei nº 73/20013 dizia que “*a câmara autoriza a celebração de contratos*”.

Deliberação nº 5/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 19 Fevereiro, deliberou por *maioria*, com 32 votos a favor e 18 contra e, nos termos da alínea k), do nº 1, do artº 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, *autorizar* esta a celebrar os contratos interadministrativos de delegação de competências nas freguesias e uniões do concelho de Coimbra, de acordo com a Minuta aprovada pela Câmara Municipal e sem prejuízo do tratamento contratual autónomo das questões e acções relativas às florestas e à protecção civil.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

5. Ponte do Paço – Declaração de acção relevante de interesse público para ocupação de áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN), nos termos do artigo 21º do Regime Jurídico da REN.

Intervenção do deputado municipal Jorge Veloso (PS): [\(áudio 06:00 a 07:28 minutos da 7ª gravação\)](#)

- Disse que aquela ponte era a único ponto de acesso da Freguesia de Pereira e de outras, que pertencia a Montemor-o-Velho, à cidade de Coimbra, mas havia duas décadas, que a REN tinha prejudicado a execução da obra e prolongamento da via rápida então prevista, argumentando, “com a passagem de animais da referida ponte secular a cair aos pedaços e local de inúmeros acidentes”;
- Tendo presente que aquela passagem se apresentava como única, sem alternativa viável, rápida e segura de quem se encontrava a 5 minutos de cidade de Coimbra e sendo certo que todos estavam de acordo com preservação do meio ambiente, havia concerteza condições pela salvaguarda pretendida, com reconhecimento do interesse público pelas entidades governamentais, com as condicionantes a adoptar pelos requerentes, no caso concreto, as Câmaras de Coimbra e de Montemor-o-Velho, propondo à Assembleia Municipal um voto por unanimidade, para a resolução daquele assunto.

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC): [\(áudio 07:53 a 09:29 minutos da 7ª gravação\)](#)

- Disse que não duvidando do interesse público da construção de uma ponte adequada às necessidades de tráfego, também não abdicavam do princípio de que o interesse público estava de igual modo na defesa da biodiversidade e na importância das Reservas Ecológicas e, o que lhe deixava dúvidas era a articulação entre o documento da Divisão de Estudos e Projetos e o parecer do Instituto da Conservação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

da Natureza e Florestas, que pedia mais elementos para melhor analisar o impacto da obra e fazia recomendações muito objetivas e detalhadas que deveriam ser asseguradas.

Intervenção do deputado municipal Adelino Vilão (CDU): [\(áudio 12:10 a 12:45 minutos da 7ª gravação\)](#)

- Congratulou-se e agradeceu à Câmara Municipal pelo seu empenho e no seu entender a construção daquela ponte não punha em causa a flora da reserva natural do Paul de Arzila.

Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDU): [\(áudio 13:15 a 13:48 minutos da 7ª gravação\)](#)

- Disse congratularem-se com aquela medida e com o entendimento entre os dois municípios, (Coimbra e o de Montemor-o-Velho), para que a Ponte do Paço fosse alargada e deixasse de ser o constrangimento que era diariamente no acesso de milhares de pessoas que trabalham em Coimbra e vivem nos dormitórios, como Pereira e outros.
- Terminou dizendo que por isso, iriam ficar expectantes e a aguardar que se concretizasse aquilo que já vinha dos anos 90 e, que estariam com muita atenção ao desenvolvimento de todo este processo, pois queriam que não fosse mais uma obra anunciada e constantemente adiada e que se ficasse apenas pela inauguração da intenção de fazer obra.

Deliberação nº 6/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 19 Fevereiro, deliberou por *unanimidade*, *declarar* o Reconhecimento do Interesse Público (RIP), para construção da Ponte do Paço, nos termos do artº 21º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN).

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Assinadas e aprovadas as deliberações por minuta e sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão.